

# **GUIA DE ESTUDO**

## Didática do Ensino Superior - Organização do Trabalho Pedagógico

# **UNIDADE II**



## PARA INÍCIO DE CONVERSA

Caro (a) estudante, como vai?

No Guia de Estudos 1 discutimos e relembramos o conceito de Didática como área do conhecimento da Pedagogia, que tem como objeto de estudo o processo de ensino e aprendizagem buscando ser uma ponte do conhecimento teórico e prático, não se limitando assim aos aspectos metodológicos e técnicos para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A Didática está sustentada por diferentes aspectos: filosóficos, culturais, políticos, históricos e sociais, visto que é uma forma crítica do educador desenvolver sua prática pedagógica de maneira ética e atrelada ao projeto de sociedade em que esta se concretiza.

Abordamos o Ensino Superior como o mais alto dos níveis educativos e que tem como objetivo a formação de profissionais nas mais diversas áreas do saber para o mercado de trabalho. Vejamos como os eixos fundamentais acerca das políticas públicas neste nível de ensino no Brasil, se retratam:

- Democratização do acesso e flexibilização de modelos de formação;
- Elevação da qualidade e avaliação;
- Compromisso social e inovação.

Compreendemos que o Ensino Superior no Brasil tem discrepâncias muito acentuadas se consideradas às instituições de outros países latino-americanos. Isto se deve ao seu histórico, que é de formação bem mais recente, datando do século XIX as primeiras instituições de ensino superior, mas as primeiras universidades brasileiras datam do século XX:

- 1909 - Universidade de Manaus;
- 1911- Universidade de São Paulo;
- 1912- Universidade do Paraná;
- 1920- Universidade do Rio de Janeiro;
- 1927-Universidade de Minas Gerais.

Vale salientar que já existia o Ensino Superior no nosso país desde a vinda da família real ao Brasil em 1808, contudo, nenhuma foi considerada Universidade antes de 1909, uma vez que para ser considerada Universidade se necessitava não apenas ter um número significativo de cursos, mas também ter um estatuto e seus documentos em dias com este estatuto para ter o status de Universidade.

Debatemos que o Ensino Superior precisa enfrentar ainda muitos desafios para que se concretize com qualidade, e não apenas se garanta o acesso, dentre estes podemos citar:

- O ressignificar da Didática no cenário da Sociedade Digital,
- As concepções de formação profissional que se tem,
- O rever dos impactos e contribuições deste nível no desenvolver social entre outros.

No sentido de melhoria de tal realidade, algumas políticas têm sido elaboradas pelo poder público como forma de promover a democratização do acesso, como: Prouni, Fies, Sistema UAB, contudo muito ainda precisa ser feito para que se tenha o acesso de todos, bem como com devida qualidade. Também abordamos cerca das finalidades e organização do Ensino Superior e suas problemáticas, as quais precisam ser cada vez mais discutidas em busca de soluções que nos guiem para uma mudança qualitativa neste nível de ensino.



## ORIENTAÇÕES DA DISCIPLINA

Neste Guia de Estudos 2, vamos dar continuidade ao entendimento da Didática no Ensino Superior II, teremos como objetivo: "Discutir sobre as características da instituição escolar no contexto socioeconômico cultural brasileiro, a partir do olhar da política educacional para as instituições de Ensino Superior, especialistas e sua formação e os recursos materiais necessários".

Iremos compreender desde a concepção e importância das Políticas Públicas para a Educação Superior, perpassando o especialista docente no cenário da Educação Superior na Sociedade do Conhecimento e necessária mudança de paradigma educativo, e por fim os recursos materiais necessários para um funcionamento do Ensino Superior com qualidade. De tal modo, teremos neste guia três pontos de debate: A Política Educacional da Instituição Educacional, Especialistas na Instituição Educacional e Recursos Materiais na Instituição Educacional.

Os links sugeridos de base complementar não devem ser considerados como leitura obrigatória, entretanto são imprescindíveis para a construção significativa de sua aprendizagem. No ambiente virtual de aprendizagem – AVA, tais atividades e avaliações estarão disponíveis para sua realização.

### BASE TEÓRICA

Neste segundo ponto de debate de nossa disciplina iremos discutir acerca da política educacional, seus profissionais e os recursos materiais necessários para as instituições de Ensino Superior. Conhecer um pouco mais a fundo da realidade deste nível de ensino é imprescindível para qualquer profissional que atue ou pretenda atuar em tal cenário educativo.

Vamos começar a refletir sobre as Políticas Educacionais?

## A POLÍTICA EDUCACIONAL DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Figura 1 - Fonte: <http://sereduc.com/At13r0>

Você lembra que no guia anterior discutimos um pouco sobre os objetivos, finalidades e organização do Ensino Superior no Brasil?

De certa forma alguns elementos que iremos debater neste guia perpassa o que já discutimos, mas buscaremos aprofundar um pouco mais o nosso olhar sobre este nível de ensino.

Mas afinal, você sabe o que é uma Política Pública?



### GUARDE ESSA IDEIA!

Políticas Públicas se colocam como ações, programas, atividades do governo no âmbito municipal, estadual e federal que agem de maneira direta ou indireta (delegação), tendo como participação entes públicos e privados, que afetam a vida de todos os cidadãos.

Tais políticas objetivam assegurar os direitos garantidos por todos através da Constituição ou que de certa maneira tomam centralidade por sua importância e reconhecimento pela sociedade e/ou poderes públicos. Um dos exemplos que estamos debatendo é a Educação, a qual é vista como direito constitucional e universal, ou seja, direito de todos os brasileiros, assim, para promover e assegurar a mesma é necessário criar políticas públicas.

Você sabia que para uma política pública ser elaborada é necessário a iniciativa do Poder Executivo ou Legislativo?

Pois é! Isso acontece de maneira separada ou conjunta, a partir da demanda da sociedade e esta pode participar, acompanhar e avaliar mediante audiências, encontros, conferências ou conselhos que existem para discussão destas políticas.

Apesar das Instituições de Ensino Superior (IES) terem autonomia para elaborar sua política educacional, elas precisam seguir orientações de órgãos reguladores representadas em fóruns, seminários, congressos com intuito da criação de normas a serem seguidas por todas as instituições. Muitos professores não conhecem tais políticas, mas é de suma importância se apropriarem das mesmas no sentido de contribuir para a concretização de tais metas, as quais visam a qualidade formativa do Ensino Superior.

Querido (a) aluno (a), você já parou para refletir no cenário brasileiro? Quem são os órgãos responsáveis em regular as políticas públicas em todos os âmbitos e níveis educativos?

Quem determina a política educacional são os órgãos reguladores em Educação, sendo no âmbito federal, o Ministério da Educação – MEC, papel de regulador central, além das suas unidades e secretarias como: Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Educação Superior (SESu), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Agora, vamos conhecer um pouco sobre cada um destes órgãos?

## O Ministério da Educação – MEC e demais órgãos reguladores

Criado em 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, hoje chamado Ministério da Educação – MEC, começa a ter o foco específico em Educação a partir de 1995. O referido Ministério tem como objetivo inicial reconhecer e autorizar cursos de nível superior, além da aprovação de estatutos de universidades e estabelecimentos federais isolados, através do Decreto nº 83.857 de 15/08/1979.

Só a partir do Decreto nº 1.845 de 28/03/1996 é que se designa a competência para autorizar e credenciar periodicamente as universidades, bem como os estabelecimentos isolados de Ensino Superior, além de autorizar e reconhecer cursos, aprovar os estatutos e os regimentos de todas as instituições de Ensino Superior. Vale salientar que existe ainda o Decreto 1.917 de 27/05/1996 que estabelece a forma de organização do MEC, bem como suas secretarias e departamentos e os objetivos destas.

O [Conselho Nacional de Educação \(CNE\)](#), órgão ligado ao MEC, a partir da Lei nº 1.931 de 25/11/1995, tem como objetivo: colaborar com a formação da Política Nacional de Educação, além de ter atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento às atividades do MEC.

Temos a Secretaria de Educação Superior (SESu), uma unidade também do MEC, cujo objetivo é: planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de criação, ou seja, a formulação e a implementação da Política Nacional de Educação Superior. Para além disto, tal Secretaria deve manter, supervisionar e desenvolver as instituições públicas federais de Ensino Superior (IFES), além de supervisionar as instituições privadas de Educação Superior.

A [Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior \(SERES\)](#), criada pelo Decreto nº 7.480 de 17/04/2011, revogada pelo Decreto nº 7.690 de 02/03/2012, absorveu as responsabilidades, antes da SESu, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), do MEC. A SERES também é uma unidade do MEC, cuja missão é regular e supervisionar as IES públicas e privadas do Sistema Federal de Educação Superior, seja na modalidade presencial ou a distância.

O [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira \(INEP\)](#) é o órgão responsável pela coleta de dados do Ensino Superior no país, de modo a possibilitar à sociedade as informações de como este nível de ensino tem se consolidado, bem como as tendências do setor.

Tais dados foram instituídos pelo Decreto nº 6.425 de 04/04/2008 que traz informações sobre todas as instituições de Ensino Superior do país, seus cursos de graduação (presencial e a distância), além de cursos sequenciais, inscrições, matrículas, vagas, ingressantes, concluintes, bem como o relato dos perfis dos professores que atuam nestas, nas diferentes formas de organização acadêmica e administrativa.

Anualmente, cada um desses órgãos precisa entrar no sistema [E-MEC](#) (mecanismo de tramitação eletrônica dos processos de regulamentação) para preencher os dados solicitados pelo mesmo. Após o INEP conferir os dados e validá-los, o censo é divulgado à sociedade. Agora conheça quais os aspectos importantes do referido censo:

- Perceber como está caminhando o Ensino Superior em todo país e quais as lacunas que apresentam;
- Refletir conjuntamente quais as soluções a curto, médio e longo prazo para tentar solucionar as problemáticas;
- Buscar garantir uma melhor qualidade neste nível de ensino.

Vamos agora conhecer alguns dados que retratam a realidade no cenário brasileiro, em relação ao Ensino Superior! Vamos lá?



## VISITE AS PÁGINAS

Que tal conferir os dados do último Censo da Educação Superior, realizado em 2014 e divulgado em 04 de dezembro de 2015? [Clique aqui para acessar.](#)

Já no próximo link você conhecerá como ocorreu o aumento de matrículas na graduação, no ano de 2014, no Brasil. [Leia a reportagem clicando aqui.](#)

Neste percurso, o Ministério da Educação com o intuito de buscar garantir uma educação de qualidade em nosso país criou muitas políticas públicas que foram consolidadas para garantir não apenas o acesso à educação, mas, principalmente, a qualidade do ensino. Tais medidas se deram em todos os níveis educativos, como podemos citar o [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação \(FUNDEB\)](#), vigorando desde janeiro de 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que ficou em vigor de 1997 a 2006.

O FUNDEB se estenderá até o ano de 2020 cujo compromisso é com todo o financiamento da Educação Básica, bem como o direcionamento de recursos para a Educação de Jovens e Adultos. Para além de tal política educativa no nível básico da educação, temos como outro exemplo a citar o [Plano de Desenvolvimento da Educação \(PDE\)](#), criado em 2007, tendo como objetivo: a visão integrada de educação, e como prioridade: uma educação básica de qualidade. Consequentemente significa que há um investimento na educação profissional e também na educação superior, pois as mesmas estão ligadas de maneira direta ou indireta.

Para além destes, temos outras iniciativas como: o Piso Salarial Nacional do Magistério, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dentre outros.

No âmbito das Políticas Públicas para o Ensino Superior, lembra que no guia anterior falamos sobre algumas delas? Como o FIES, PROUNI e Sistema UAB. Caso não lembre vale a pena revisar o guia de estudo da unidade 1.

Pois bem, vimos que estes órgãos vieram como forma de democratizar o acesso ao Ensino Superior no país. Para além disso, foram criados em 2008 os [Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia \(IFETS\)](#) que são instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, designados para expandir o acesso ao ensino superior.

Uma outra política pública bastante importante para a Educação Superior Pública foi a instituição da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir do Decreto 6.096 de 24/4/2007, que é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o intuito de visar a ampliação não apenas do acesso, mas a permanência dos alunos no Ensino Superior. O REUNI possibilitou que as universidades federais tivessem uma expansão física, acadêmica e pedagógica, possibilitando um aumento das vagas nos cursos de graduação, principalmente nos noturnos, além de promover inovações pedagógicas e combate a evasão, entre outros objetivos, todos visando a diminuição das desigualdades sociais no país.



### VOCÊ SABIA?

Saiba que o resultado do Fórum Internacional de 2015 ainda não influenciou o meio acadêmico totalmente, mas como discutimos no guia 1, o documento da UNESCO que coloca os desafios da educação para a próxima década (2011-2020) é a base que tem direcionado no momento as instituições superiores no Brasil, apesar de alguns pontos ainda não terem sido aplicados.

O Plano Nacional de Educação – PNE possui vinte metas e estratégias que circundam no aspecto de temas centrais, dentre elas: ampliação do acesso, formação e valorização do magistério, desempenho e rendimento escolar, gestão democrática e financiamento. No que tange ao Ensino Superior tal documento pontua as seguintes metas:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

As metas trazidas pelo PNE nos mostram a preocupação não apenas com o sentido de democratizar o acesso ao Ensino Superior com qualidade, mas da expansão nos âmbitos das Instituições Públicas, o que é fundamental, visto que a maioria das instituições de Ensino Superior no Brasil são privadas. Além disto, o olhar sobre o aumento da qualidade da Educação Superior também perpassa a elevação da formação docente a nível de mestrado e doutorado, o que também é de suma importância, uma vez que professores mais qualificados estarão mais aptos a concretizarem um processo educativo com metodologias mais coerentes, embasadas e que ampliem as possibilidades de aprendizagens dos alunos.

Vemos, de tal modo, que no aspecto geral em se tratando do Ensino Superior, temos alguns pontos que se colocam fundamentais de serem refletidos para a melhoria de tal nível educativo no cenário brasileiro e que tem permeado os documentos oficiais, os quais são:

- Democratização do acesso ao ensino superior;
- Estímulo a pesquisa e extensão;
- Diversificar oferta de cursos e níveis de formação;
- Melhoria da qualidade;
- Formação dos profissionais de maneira continuada, com foco na qualidade;
- Aumento da qualificação do corpo docente no âmbito da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado);
- Redução de desigualdades regionais quanto ao acesso e permanência;
- Relevância social dos programas oferecidos;
- Utilizar novas tecnologias para potencializar novas experiências didáticas;
- Internacionalizar, Regionalizar e mundializar.

O que você achou de tais pontos?

Como fazer para que estes pontos possam ser concretizados?

Estas e outras questões são essenciais de serem refletidas para que a mudança neste nível de ensino possa caminhar no sentido de atender tais metas!



### GUARDE ESSA IDEIA!

É importante pontuar que apesar da expansão significativa do acesso da sociedade ao Ensino Superior no Brasil, esta se dá mais no nível de instituições privadas do que de instituições públicas. Basta analisar que no último censo de 2014, do INEP, vimos que existem aproximadamente 2.368 IES no Brasil, sendo que destas:

- 2.070 são da Rede Privada;
- 298 são da Rede Pública: sendo 107 federais, 118 estaduais e 73 municipais.

Tendo toda essa visão panorâmica da situação estudada até o momento, você não acha estes dados bastante discrepante? E o que isto significa?

O que podemos concluir desse dado é que o Ensino Superior no Brasil está amplamente ofertado pela rede privada, apesar dos documentos oficiais em nenhum momento colocar que o objetivo era expandir tal nível de ensino no âmbito do privado, porém, na verdade é isto que está acontecendo. Vale salientar que como vimos anteriormente, esta questão da expansão das IES públicas é pontuada como sendo a meta 12 do Plano Nacional de Educação para a próxima década. Tudo isso é um fator a se preocupar e refletir, não é verdade, caro (a) estudante?

Tendo como base que as universidades públicas e instituições lucrativas de ensino superior, são diferentes em seus objetivos: estruturas, cultura, valores, apesar de regidas por normas nacionais estabelecidas pelo MEC, vejamos o que nos diz (NUNES, 2007, p.8)

*Do ponto de vista educacional, as não-lucrativas estão motivadas pela obtenção de prestígio institucional, produção de conhecimento mesmo se não aplicado a fins práticos, concentrando-se na formação acadêmica de seus discentes e no desenvolvimento das carreiras de seus docentes, os quais possuem influência institucional significativa. Já as lucrativas têm ensino aplicado e fortemente influenciado pelo mercado, no que se refere tanto à formação acadêmica de seus alunos, quanto à seleção de seus docentes.*

Neste sentido, temos que refletir sobre esta realidade educativa do Ensino Superior no Brasil, questionarmos o porquê que não se investe tanto no âmbito público, no que tange ao Ensino Superior, que aspectos está por trás desta situação, como as Instituições privadas de Ensino Superior estão sendo avaliadas, se seus cursos realmente estão se concretizando de acordo com os parâmetros do MEC, pois o que mais deve nos preocupar é qualidade do ensino e dos profissionais que irão atuar na sociedade oriundos deste nível de ensino. Esta realidade de expansão do Ensino Superior privada também se retrata como uma mercantilização do Ensino Superior, o que é uma questão totalmente desviante se considerarmos os demais países do mundo.

### Você sabia?

Você sabia que a Revista Exame publicou as 30 melhores universidades do mundo em 2015 em uma matéria em setembro do ano passado?

Caso você não conheça a matéria, saiba que a revista ressaltou que das 20 mil instituições de ensino superior do planeta, apenas 3,5 delas participaram da avaliação realizada pela consultoria Quacquarelli Symonds (QS) devido a se enquadrarem nos requisitos que eram:

- ü Ter pelos menos dois cursos de graduação; e
- ü Pós-graduação em áreas distintas.

A universidade topo da lista foi o MIT- Massachusetts Institute of Technology, em segundo lugar a Harvard, também nos Estados Unidos da América, e em terceiro lugar a de Cambridge no Reino Unido.

No que se refere à realidade brasileira, a melhor instituição avaliada é a Universidade de São Paulo (USP) que ocupa a posição de 143º lugar, salientando que houve uma queda de 11 posições em se tratando do ano de 2014. Para alarmar ainda mais: no ranking das 100 melhores não existe nenhuma universidade brasileira, e entre as 500 melhores só existem três.

Você percebeu como ainda temos muito a fazer pelo Ensino Superior no nosso país, prezado (a) aluno (a)? Pois é! Estamos ainda a caminhos longínquos dos níveis de excelência universitária a nível global, desta forma, precisamos refletir sobre os obstáculos que se colocam, bem como as políticas públicas poderiam ser consolidadas com vistas para a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Em seguida, veja os vídeos para aprofundar ainda mais a nossa reflexão!



## VEJA OS VÍDEOS!

O primeiro vídeo nos traz um debate interessante acerca do Ensino Superior em toda a América Latina. Extraído do livro: "A Educação Superior na América Latina e os Desafios do Século XXI", tem a participação do sociólogo Simon Schwartzman, organizador da obra, além da Professora Maria Rita de Almeida Toledo da Univesp - pesquisadora da História da Educação no Brasil. O referido vídeo possui duração de vinte e oito minutos, aproximadamente. [Clique aqui para assistir.](#)

Na sequência, você terá dois vídeos que mostram assuntos importantes que vigoram na discussão do Ensino Superior, como: as cotas para o ingresso no IES e a Meritocracia.

Assista aos vídeos para ficar por dentro!

[Meritocracia: duração de vinte e sete minutos e quarenta e seis segundos.](#)

[Lei das Cotas no Ensino Superior: duração de vinte e nove minutos e cinquenta e três segundos.](#)

## OS ESPECIALISTAS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL



Figura 2 - Fonte: <http://sereduc.com/muwxRS>

Caro (a) aluno (a), você já parou para pensar como as mudanças que emergiram com a sociedade digital afetam diretamente o trabalho de todos os especialistas, ou seja, todos os atores envolvidos no processo educativo na Educação Superior?

Como você reflete o impacto da Sociedade do Conhecimento e do emergir das tecnologias digitais de informação e comunicação em sua prática pedagógica?

Pois bem, muitas são as questões que se colocam ao debate da docência na atualidade e isto é o que buscaremos fazer neste tópico de estudo. Uma delas é a questão da tecnologia em sala de aula.

Focaremos agora no ator principal: o professor, o docente, o profissional da educação...e tantas outras denominações!



## GUARDE ESSA IDEIA!

O professor é um dos profissionais que tais mudanças mais afetam, pois, a concepção de ensinar e aprender se modificam completamente no cenário atual, pois as tecnologias de informação e comunicação não só transformaram a forma de viver em sociedade em todas as suas instâncias, como também trazem inúmeras possibilidades para a prática educativa.

Se você atua como professor pode perceber como os alunos estão inseridos no universo das tecnologias no momento em que estão em sala de aula com tablets e, principalmente uso de smartphones com suas múltiplas possibilidades de acesso às redes sociais, internet, jogos, entre outros.

Por que será que os smartphones, apesar de ser de posse de praticamente todos os alunos não é muito utilizado nas práticas educativas pelo docente?

O que vemos na sala de aula da maioria das instituições é justamente o contrário: as salas utilizam avisos alegando a proibição do uso do celular dentro delas, contudo é importante salientar que tal impedimento não se estende ao uso pedagógico. Isto não se aplica apenas ao cenário educativo do Ensino Superior, mas na maioria das escolas da Educação Básica também. Como já sinalizamos a pouco, tal proibição não deve ser aplicada para uso pedagógico, porém parece ser esquecido pela maioria dos professores.



## VOCÊ SABIA?

No cenário de Pernambuco a Lei nº 15.507 de 21 de maio de 2015 regulamenta o uso dos celulares e equipamentos eletrônicos nas salas de aulas, bibliotecas e demais espaços de estudo das instituições de ensino, tanto públicas como particulares, como forma de auxiliar o trabalho do professor. Em muitos outros estados esta lei também se aplica, como São Paulo que foi um dos pioneiros em 2007, bem como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso, Bahia, Rondônia e Goiás.

É fato que as tecnologias podem causar dispersão e fazer com que a aprendizagem seja prejudicada, mas se usado com competência, dentro de um projeto motivador e criativo, os alunos certamente ficarão mais estimulados para aprender. As tecnologias se colocam como um dos grandes desafios na prática docente, pois provoca um movimento de necessária modificação de atitudes e comportamentos, não apenas do professor como também dos alunos.

Reflitamos juntos a fala de Moran (2009, p.12) no livro “Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica” acerca das tecnologias na educação:

*Sem dúvida as tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e tempo de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estar juntos e o estarmos conectados a distância. Mas se ensinar dependesse só de tecnologias já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas e particularmente agora em que estamos pressionados pela transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.*

O que você achou da fala do autor, querido (a) aluno (a)?

Você concorda que realmente o ensinar e aprender é o grande desafio em todas as gerações?

Qual o seu olhar acerca das tecnologias na prática pedagógica?

Quais os principais desafios para trazer as TDICS (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), em sua opinião, para o contexto educativo?

Reflita acerca das interrogativas acima para que você possa criar um senso crítico a respeito!



### GUARDE ESSA IDEIA!

O professor precisa ter a consciência que apesar de ensinar e aprender ser o desafio central, as tecnologias, mesmo não resolvendo os problemas inerentes da prática educativa, podem potencializar e motivar este processo de ensino e aprendizagem no cenário emergente que vivenciamos. Isto requer que ele busque desenvolver as competências necessárias ao trabalho com as tecnologias, e assim, a formação permanente se faz mais que necessário, uma palavra de ordem no cenário globalizado e de uma gama de informações crescendo a passos nunca antes vistos na história da humanidade. Além disto, excluir as tecnologias da prática pedagógica é uma forma de exclusão social, uma vez que estas tecnologias se apresentam como realidade no mercado de trabalho e vão requerer outras competências dos seus profissionais, que por sua vez necessitam estar preparados para lidar com as diversas demandas de sua área de atuação.

De acordo com Behrens (2010, p.23) em seu livro “O paradigma emergente e a prática pedagógica”, o olhar fragmentado levou os professores e alunos a reprodução do conhecimento, e assim, “as metodologias utilizadas pelos docentes têm estado assentadas na reprodução, na cópia e na imitação”. A autora coloca ainda que não podemos mais reproduzir este clássico modelo newton-cartesiano de pensar a educação, porém devemos caminhar para o Paradigma Emergente, o qual é baseado em uma tecnologia inovadora que é produzir conhecimento. Conheça tais pontos fundamentais para a prática docente atual:

- 1. Visão Sistêmica ou Holística:** que significa o resgate do ser humano em sua totalidade, ou seja, considerar o humano com suas inteligências múltiplas;

2. **Abordagem Progressista:** que visa a transformação do social, sendo o diálogo e a discussão coletiva um ponto fundamental para aprender de maneira significativa, contemplando assim trabalhos colaborativos entre alunos e professores, parceira entre tais atores do processo educativo;
3. **Ensino como pesquisa:** que traz os alunos e professores como pesquisadores e produtores de conhecimento.

Depois do exposto, reflita como você deve buscar em sua prática pedagógica os elementos pontuados acima.

Questione-se: que desafios se colocam para concretizar este Paradigma Emergente, especificamente no Ensino Superior?

Prezado (a) aluno (a), o professor não mais deve se colocar como sujeito centralizador do saber, mas um parceiro, um mediador, um facilitador, um arquiteto do percurso de aprendizagem, oferecendo aos alunos múltiplas possibilidades de reflexões, vivências de produção de conhecimento. Assim, o processo de ensino e aprendizagem precisa se dar com a preocupação docente de lidar com as necessidades dos sujeitos em âmbito global, do ser em todas as suas nuances: emocional, psicológica, social, política. Além do mais, é um processo de construção do cidadão, uma reflexão sobre sua realidade histórico-social, sendo um ser consciente e agente de mudança. Consequentemente, as práticas de ensino como: pesquisa, construção colaborativa, interatividade, produção do conhecimento são as mais coerentes para as necessidades formativas da atualidade, requerendo deste discente ser ator e construtor de seu fazer histórico.

O professor e o aluno devem ser parceiros ativos no processo educativo, ambos aprendendo um com o outro, visão esta que coaduna com o olhar do grande educador Paulo Freire (1996, p.25).

*Ensinar não é transferir conhecimentos. Não há docência sem discância, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.*

Vemos que esta fala do autor nos remete a uma importante questão que é a relação professor-aluno que deve ser horizontal, pois ambos são sujeitos importantes no processo educativo. O professor precisa ter uma boa relação com seu aluno, ser proativo, incentivar os alunos a aprender a aprender, a produzir conhecimento, a se engajarem em projetos trazidos pelo professor ou até mesmo a produzirem os seus projetos, aliando a teoria com a prática. O docente do Ensino Superior precisa refletir sobre novas estratégias pedagógicas que possibilitem ao aluno ser um construtor de sua aprendizagem.

Na atualidade, a partir do cenário da inserção das tecnologias emergem múltiplas possibilidades de se concretizar o processo de ensino e aprendizagem, sendo uma delas a problematização dos conteúdos, ou seja, o aluno parte da discussão de problemas reais de sua área profissional para o entendimento das teorias, refletindo assim a partir de um prisma teórico-prático. O professor tem o papel de discutir com os alunos o seu cenário de atuação profissional, os obstáculos, as possibilidades, orientar os mesmos quanto ao caminhar, as rotas possíveis de carreira, enfim, ele deve guiar o aluno em seu processo de desenvolvimento profissional, ser um orientador, um coaching educacional, termo que significa: o treinamento, acompanhamento, desenvolvimento de estudantes atendendo as necessidades individuais, a orientação de carreira, orientação de escolha de profissão, de continuidade de estudos, ou seja, uma forma de estar junto aos alunos.

Você sabe o que é Aprendizagem Invertida? Tal estratégia didática é uma temática também bastante discutida na atualidade e que se coloca como uma metodologia ativa do processo de ensino e aprendizagem, onde professores e alunos são coautores do ensinar e aprender.

Tal metodologia coloca o aluno como centro do processo e inverte a lógica da aula tradicional, em que o professor se coloca como o que expõe o conteúdo a ser aprendido, e ao aluno cabe a reprodução dos conhecimentos. Neste sentido, os alunos estudam em suas residências através de textos, vídeos, áudios, games, diversos outros recursos e o momento de sala de aula é potencializado para uma dinâmica ativa, ou seja, para a produção dos alunos: exercícios, estudos de caso, esclarecimentos de dúvidas pelo docente; enfim, é o momento de aprofundar os estudos, de interagir, de autoria, de coautoria, de construção de aprendizagens significativas.

Então, querido (a) estudante, o que você acha de tal possibilidade didática?

Em seu olhar, quais os principais obstáculos para que tal didática possa se concretizar?

Será que o aluno do Ensino Superior tem esta autonomia e tempo necessário para conseguir assumir o papel ativo a que ele é chamado, a partir desta aprendizagem invertida?

Você, sendo o professor, como reflete sua aula nesta perspectiva?

Todas as interrogativas acima fazem com que você possa pensar sobre tais questões, e compartilhar tais olhares, debater sobre tal estratégia pode contribuir no entendimento de quais os limites e possibilidades de tal proposta de inovação para o processo de ensino e aprendizagem.

Há também uma outra possibilidade pedagógica bastante discutida na atualidade que é a **GAMIFICAÇÃO**.

Você já ouviu falar a respeito? Como você responderia se te indagassem o que é Gamificação?

Muitos pensam que gamificar uma sala de aula significa levar jogos para sala de aula, porém isto não se concretiza como uma verdade. O jogo também é um recurso que pode ser utilizado para potencializar o processo de ensino e aprendizagem, mas isto não é gamificar.

**GAMIFICAR** é uma estratégia utilizada inicialmente pelo Marketing com a finalidade de engajar e fidelizar clientes, como exemplos no cenário mercadológico: ações como Smiles, Dotz, Clube Viva do Boticário, dentre diversas outras ações de empresas que tem como foco fazer com que o cliente queira continuar utilizando seus serviços pelo atrativo de alguma vantagem. Você já deve ter visto em algum restaurante que frequente a ação de gamificação, a partir do momento em que algum quantitativos de almoços que eles determinam e carimbam em um pequeno cartão garante ao cliente um almoço grátis. Este é apenas um pequeno exemplo entre vários outros que temos de ações de gamificação que as empresas concretizam como forma de fidelizar os seus clientes.

No cenário da Educação, a Gamificação é vista como a utilização de elementos de jogos em contextos que não são de jogos, ou seja, no contexto educativo. Vamos analisar o conceito de gamificação na prática pedagógica?



## ANALISANDO

De acordo com (KAPP, 2012) a Gamificação é a utilização de elementos de games (mecânica, estratégias, pensamentos) fora do contexto dos games, tendo como objetivo motivar os indivíduos a ação, auxiliar na solução de problemas bem como promover aprendizagens. O objetivo é criar uma narrativa, uma forma de trazer para o processo educativo um cenário divertido, a partir de alguns elementos usados em jogos como desafios, pontos, ranking, surpresas, competição, colaboração, fases/níveis, controle de tempo entre outros.

Ainda são poucas as pesquisas que mostra como a Gamificação pode ser aplicada na prática pedagógica, mas é de suma importância que o professor busque ver a essência de Gamificar, refletir em que momento esta estratégia deve entrar em seu planejamento, uma vez que se mal planejada, a Gamificação pode causar o efeito inverso; ao invés de potencializar, motivar, engajar, ela vai tornar a aula pouco atrativa, sem alcançar o objetivo maior que é aprendizagem.



## VEJA O VÍDEO!

Para aprofundar tal reflexão vejamos este vídeo, com duração de cinco minutos.

[Clique aqui para assistir.](#)



## ANALISANDO O VÍDEO

Vemos que o vídeo nos mostra a Gamificação como uma reinvenção da educação, trazendo para o cenário educativo a cultura dos games, a qual é bem presente na realidade de crianças e jovens. Ele ainda discute alguns elementos que são criticados em um processo de Gamificação e salienta os pontos mais importantes para se gamificar, para fazer da sala de aula um espaço mais motivante, onde o aprender seja um processo prazeroso.

Que tal você conhecer uma experiência de Gamificação na Educação?

A experiência é extremamente interessante, uma vez que traz o relato processual de como tal Gamificação foi pensada e concretizada no Ensino Superior, bem como os resultados da mesma para o processo de ensino e aprendizagem. Vale a pena conhecer e quem sabe se inspirar para concretizar em sua prática pedagógica tal estratégia didática, bem como a posteriori publicar a mesma em eventos científicos!



## VISITE A PÁGINA

Vale a pena conferir esta produção que mostra uma experiência de Gamificação no Ensino Superior. [Clique aqui para acessar.](#)

Depois de todo o assunto estudado até o momento, você já parou para pensar sobre como está sua prática pedagógica?

Se você está conseguindo realmente atingir os seus objetivos?

Você tem buscado novas estratégias para motivar sua aula, para trazer o aluno para o centro do processo de ensino aprendizagem?

É hora de refletir sobre as interrogativas acima, pois é de suma importância o professor refletir sobre novas possibilidades educativas no Ensino Superior, buscar se aperfeiçoar continuamente, rever seus conceitos e práticas, refletir sobre a individualização do processo de ensino, de considerar as inteligências múltiplas, os estilos de aprendizagem dos educandos, as tecnologias no cenário educativo, enfim, de pensar sobre os múltiplos fatores que tornam ainda mais complexo o processo educativo na atualidade para que realmente se possa educar com excelência, com qualidade que vise a concretização de um aprender significativo por parte do aluno.

## RECURSOS MATERIAIS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Vamos agora conhecer um pouco sobre os recursos necessários a um funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior – IES.



Figura 3 - Fonte: <http://sereduc.com/hi1oz3>

Você já parou para pensar em toda a logística para o funcionamento de uma instituição educacional de Ensino Superior? Vamos conhecer um pouco sobre os recursos necessários a um funcionamento de uma IES? Tais recursos são imprescindíveis para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem em tal nível educativo!

São vários os recursos que se necessitam para tal funcionamento: aspectos materiais, de estrutura física, de pessoal, lembrando que para cada nível de instituição (faculdades, universidades, centros, etc.), os recursos necessários são diferenciados.

Os recursos materiais e os demais são fundamentais para garantir a qualidade dos cursos ofertados no Ensino Superior, e por tal, há uma série de documentos que precisam ser apresentados pelas instituições educativas aos órgãos competentes para o seu credenciamento, ou seja, o registro e o funcionamento das mesmas.

Podemos citar como documentos fundamentais para o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior Privada, os seguintes:

- Planejamento Estratégico Institucional (PEI);
- Projeto Político Institucional (PPI);
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); e
- Projeto Pedagógico de Curso e de Currículo (PPC).

Você sabe a finalidade de cada um destes documentos?

Tais documentos trazem em seu escopo aspectos importantes sobre as diversas instâncias de composição de uma IES privada, colocando fatores como materiais, recursos pedagógicos, estrutura física e ambiental, aspectos de qualificação docente, concepções pedagógicas da instituição, valores, missão, visão, enfim, todos os recursos necessários a um ofertar de Ensino Superior com qualidade estrutural, administrativa, pedagógica e acadêmica.

Vamos conhecer um a um:

- **Planejamento Estratégico Institucional**

O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) se retrata como um componente necessário em todas as organizações e expressa a definição dos valores, missão, visão, bem como objetivos, indicadores e metas que se pretende alcançar em um determinado período de tempo, e assim se elabora um plano de ação para concretizar tais pontos. Tal planejamento ainda avalia aspectos internos, ou seja, pontos fortes e fracos da instituição e também os aspectos externos que se referem como as possibilidades de progresso, oportunidades da instituição e as ameaças a este.

Este planejamento precisa ser encarado por todas as instituições como algo processual, sistemático e organizado, algo que precisa ser sempre repensado de modo a auxiliar a IES em suas diversas tomadas de decisão, para que as mesmas se dê da maneira mais segura, minimizando assim riscos diversos. O Planejamento estratégico é uma forma de priorizar alocação de recursos de uma instituição, delimita também as áreas de atuação e além de engajar todos os níveis da instituição para obter os resultados almejados.

O Planejamento Estratégico Institucional tem uma grande importância, pois ele auxilia um olhar colaborativo para os rumos da instituição, trazendo uma maior segurança e agilidade nas tomadas de decisões da mesma, orientando as ações e programas de qualidade, e assim, possibilitando uma melhoria do relacionamento da organização entre o âmbito interno e externo. O seu ambiente interno se concretiza como sua imagem, estrutura, recursos materiais e humanos, linhas de pesquisa, cursos, tecnologia, sistema da informação bem como sua eficácia no ensino, pesquisa e extensão. No que tange ao aspecto externo este se reflete como aspectos da cultura, da sociedade, a pressão social, competitividade, mercado de trabalho, evolução tecnológica, área de abrangência, desempenho bem como a inserção na comunidade.

Portanto, ele é um recurso fundamental, por se concretizar como o norte do trabalho da IES, da conscientização de onde ela está e para onde a mesma deseja ir, planejando assim suas metas e ações para consolidação destas.

- **Projeto Político Institucional**

O Projeto Político Institucional (PPI) se constitui como o estatuto e regimento de uma instituição, conjunto de normas, regras de organização e maneira de funcionamento de uma IES, que reflete o seu olhar amplo de homem, de educação e de mundo, enfim, que define a identidade de uma instituição. Assim, ele perpassa o caráter político, filosófico, teórico e metodológico que dará o suporte de ação das IES em busca de suas metas e objetivos traçados. Sendo muito mais que um documento burocrático de gestão, o PPI é atemporal, ou seja, seu norte não se limita a um período de gestão, mas ao corpo teórico que embasa as práticas da instituição em qualquer tempo, locais em que estejam instaladas e em qualquer gestão.

Tal documento para além de expressar a identidade da instituição precisa também trazer em seu delinear o olhar da Educação Superior frente aos desafios da Sociedade Digital bem como o compromisso social da IES, seja em âmbito local, regional ou nacional, através da sua composição do ensino, pesquisa e extensão. Vale destacar que é neste documento que se retrata os recursos necessários, seja de cunho material para o funcionamento adequado e de qualidade da Educação Superior, e de tal modo as orientações para aquisição destes, seja no que se tange ao aspecto de recurso humano, no olhar do perfil e perspectiva formativa para os docentes e os recursos necessários para efetivação desta formação contínua.

Você deve lembrar que discutimos neste guia a formação docente como aspecto fundamental para a qualidade no Ensino Superior, não é verdade?

As instituições necessitam investir cada vez mais neste âmbito, pois novas práticas e qualidade no Ensino Superior só virão a partir da qualificação docente para o desenvolver de seu trabalho.

- **Plano de Desenvolvimento Institucional**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) se refere a um documento que traz não apenas o caráter de missão e objetivos de uma instituição, mas mostra como se dará a expansão da instituição no decorrer do tempo. Ele tem uma abrangência de 5 anos e deve trazer o detalhamento da gestão dos recursos, previsão de expansão de salas, laboratórios, outras sedes etc. bem como o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do plano da IES. De acordo com o Ministério da Educação um PDI deve conter os seguintes eixos temáticos: Perfil institucional, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e a Distância), Perfil do Corpo Docente, Organização Administrativa das IES, Política de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, Aspectos Financeiros e Orçamentários e Projeto Pedagógico do Curso.

Que tal você consultar nos materiais complementares o documento do MEC que detalha ainda mais o que deve ser considerado em cada um destes pontos do PDI?

Aprofundar os conhecimentos é de suma importância para sua construção do conhecimento!

O PDI deve estar totalmente relacionado com a avaliação institucional, ou seja, ele é elemento para que as IES possam autoavaliar o caminhar de seu trabalho nos diversos aspectos e também elemento de avaliação externa. Tantos as avaliações internas como externas auxiliará as instituições refletirem sobre os pontos que se apresentarem como deficientes e caminhar para superação destes.

- **Projeto Pedagógico de Curso e de Currículo**

O Projeto Pedagógico de Curso e de Currículo (PPC) se refere a um instrumento de concepção de ensino e de aprendizagem de um curso específico, devendo conter os seguintes elementos: Concepção do Curso, Estrutura do Curso (desde currículo, infraestrutura, corpo docente e técnico-administrativo), Procedimentos de Avaliação (tanto no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem como do próprio curso) e Instrumentos normativos de apoio (TCC, estágio, composição do colegiado, entre outros).

Tal Projeto deve seguir as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), pois a questão do currículo é uma das mais importantes no que tange a organização acadêmica e dos cursos. Enfim, o PPC é visto como um conjunto de diretrizes, tanto a nível de organização como de operacional, que norteiam e orientam a prática pedagógica de um curso, ou seja, sua estrutura curricular, ementa, bibliografia, perfil dos concluintes, objetivos do curso, carga horária de atividades didáticas, integração de teoria e prática, atividades complementares, estágio, entre diversos outros pontos.

Viu como tais documentos são importantes para a qualidade de uma instituição de Ensino Superior?

Você agora já consegue perceber em nível macro e micro os pontos no que compete desde a concepção, estrutura ao funcionamento educativo no Ensino Superior!

Espero que tenha gostado de tal discussão e de conhecer mais profundamente a política educacional, especialistas e estrutura das instituições educativas no Ensino Superior.



### PALAVRAS FINAIS DO PROFESSOR

Neste guia de estudos discutimos acerca da política educacional, seus profissionais e os recursos materiais necessários para as instituições de Ensino Superior. Você viu que quem determina a política educacional são os órgãos reguladores da Educação em nosso país, o qual no âmbito federal em nosso país podemos citar o MEC (Ministério da Educação) como o central, além de suas unidades e secretarias como o Conselho Nacional de Educação (CNE), Secretaria de Educação Superior (SESu), A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A elaboração de políticas públicas se colocam no intuito de buscar garantir não apenas o acesso, a democratização do ensino, no nosso caso de discussão o Ensino Superior, mas principalmente de garantir a qualidade deste ensino. Várias foram as iniciativas nos últimos anos de políticas públicas no Ensino Superior, algumas delas são: FIES, PROUNI, REUNI, Sistema UAB entre outros.

Debatemos que apesar da expansão significativa do acesso da sociedade ao Ensino Superior no Brasil, ela se dá mais no nível de instituições privadas do que de instituições públicas. Assim, o Ensino Superior no Brasil está amplamente oferecido pela rede privada, apesar dos documentos oficiais em nenhum momento colocar que o objetivo era expandir tal nível de ensino no âmbito do privado, mas é isto que está acontecendo e deve ser um fator a se preocupar e refletir bem como outros fatores pontuados pelo Plano Nacional de Educação (2011-2020), o qual pontua em sua meta 12 a necessidade de expandir o acesso ao ensino público. Estamos ainda a caminhos longínquos dos níveis de excelência universitária a nível global, e desta forma, precisamos refletir sobre os obstáculos que se colocam que políticas públicas poderiam ser consolidadas com vistas a melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Refletimos também sobre os desafios que se colocam a docência nas instituições de Ensino Superior no cenário da Sociedade Digital. Professor não mais deve se colocar como sujeito centralizador do saber, mas um parceiro, um mediador, um facilitador, um arquiteto do percurso de aprendizagem, oferecendo aos alunos múltiplas possibilidades de reflexões, vivências, de produção de conhecimento. Assim, o processo de ensino e aprendizagem precisa se dar com a preocupação docente de lidar com as necessidades dos sujeitos em âmbito global, do ser em todas as suas nuances emocional, psicológica, social, política, além de ser um processo de construção do cidadão, do refletir sobre sua realidade histórico-social e que possa ser consciente e agente de mudança, e assim, práticas de ensino como pesquisa, como construção colaborativa, interatividade, como produção do conhecimento é o mais coerente para as necessidades formativas da atualidade, que requer este ser ator e construtor de seu fazer histórico.

O professor tem o papel de discutir com os alunos o seu cenário de atuação profissional, os obstáculos, as possibilidades, orientar os mesmos quanto ao caminhar, as rotas possíveis de carreira, enfim, ele deve guiar o aluno em seu processo de desenvolvimento profissional, ser um orientador, um coaching educacional. Além disto, novas possibilidades didáticas precisam ser concretizadas, e discussões como a Aprendizagem Invertida, Gamificação na Educação, jogos educativos entre outros se colocam como imprescindíveis para o conhecimento e reflexão docente.

Por fim, também discutimos sobre os documentos fundamentais para o funcionamento de uma Instituição Privada de Ensino Superior, os quais são os seguintes: Planejamento Estratégico Institucional (PEI); Projeto Político Institucional (PPI); Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico de Curso e de Currículo (PPC).



## LEITURAS COMPLEMENTARES

- 1 - [Plano de Desenvolvimento da Educação.](#)
- 2 - [Plano Nacional da Educação \(2011-2020\).](#)
- 3 - [As 30 Melhores Universidades do Mundo em 2015.](#)
- 4 - [Políticas Públicas de Democratização do Acesso ao Ensino Superior e Estrutura Básica de Formação no Ensino Médio Regular.](#)
- 5 - [Lei 15.507, de 21 de maio de 2015- Regulamenta a Utilização de Aparelhos Celulares e Equipamentos Eletrônicos nas Salas de Aulas, Bibliotecas e Outros Espaços de Estudos das Instituições de Ensino Públicos e Particulares, Localizadas no Estado de Pernambuco.](#)
- 6 - [Docência na Universidade: Ensino e Pesquisa.](#)
- 7 - [Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional.](#)



## ACESSE O AMBIENTE VIRTUAL

É importante pontuar que a leitura do livro texto da disciplina é fundamental, além de acessar a biblioteca virtual e as leituras complementares sugeridas ao final dos guias de estudo!

Não se esqueça que as atividades estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Elas possuem caráter avaliativo!

Bons estudos e até a próxima unidade!!



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Avaliação e Regulação da Educação Superior: Normativa e órgãos reguladores nos anos 10 após a LDB. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/gladysb/orgaosreguladores.pdf>>. Acesso em: Março, 2016.

BEHRENS, Marilda Aparecida. O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Petrópolis, RJ: 4 ed. Vozes, 2010.

BRASIL. Decreto 83.857, de 15 de agosto de 1979. Delega competência ao Ministro da Educação e Cultura para conceder reconhecimento de cursos e praticar outros atos.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 1.845, de 28 de março de 1996. Delega competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para a prática dos atos que menciona.

\_\_\_\_\_. Decreto 1.917, de 27 de maio de 1996. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.096, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

\_\_\_\_\_. Decreto 6.425, de 4 de Abril de 2008. Dispõe sobre o Censo Anual da Educação.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.690, de 02 de março de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão das Funções Gratificadas do Ministério da Educação.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HASS, Celia Maria. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Cotidiano da Universidade: Das Práticas Gestionárias à Elaboração Teórica. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/386/286>>. Acesso em: Março/2016.

KAPP, Karl M. The Gamification of Learning and Instruction: Game-based Methods and Strategies for Training and Education. Pfeiffer, 2012.

NUNES, Edson. Desafio Estratégico da Política Pública: O Ensino Superior Brasileiro. Revista de Administração Pública-RAP- Rio de Janeiro, 2007. Edição Comemorativa Especial. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a08v41sp.pdf>>. Acesso em Março/2016.

PEREIRA, Letícia Rodrigues; ANJOS, Daniela Dias dos. O Professor do Ensino Superior: Perfil, Desafios e Trajetórias de Formação. Anais eletrônicos do Seminário Internacional de Educação Superior de 2014. Disponível em: <[https://www.uniso.br/publicacoes/anais\\_eletronicos/2014/1\\_es\\_formacao\\_de\\_professores/31.pdf](https://www.uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/1_es_formacao_de_professores/31.pdf)>. Acesso em: Março, 2016.